

**BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TEORIA DO ESTADO EM T. HOBBS. AUTOR:** Hélio Alexandre da Silva, Ricardo Monteagudo. – Filosofia - Departamento de Filosofia – Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília.

A despeito da teoria do Estado em Hobbes faremos aqui algumas observações acerca das interpretações que ela tem suscitado, isto é, veremos alguns dos argumentos que abonam uma visão da teoria política hobbesiana que a situa entre os partidários ora de uma teoria liberal, ora de uma teoria do jusnaturalismo, e até mesmo de um posicionamento positivista.

Pois bem, se por um lado ressaltarmos o direito de auto-preservação como um direito natural, podemos concluir que Hobbes é um partidário do jusnaturalismo. Mas, se por outro lado, enfatizarmos que as leis civis são leis, se e somente se, forem estipuladas por ordem do soberano e que o julgamento do justo e do injusto, do bem e do mal dependem exclusivamente dele, então nossa tendência é classificar Hobbes entre os positivistas. Contudo, se enfatizarmos que o objetivo fundamental do Estado é garantir os direitos naturais, somos levados a conclusão de que, assim como postula Strauss, Hobbes é o precursor do liberalismo, o que é incompatível com a doutrina da soberania absoluta que confere poder irrestrito ao Estado. De modo geral, todas essas acepções deixam a desejar na medida em que a filosofia política de Hobbes não se encaixa totalmente em nenhuma delas. Vejamos então, de uma forma geral, como esse processo se dá, a começar com a interpretação que alinha a teoria do Estado hobbesiano ao modelo próprio do liberalismo.

Um dos intérpretes que defende visão é Leo Strauss, ele afirma que a filosofia política de Hobbes possui como ponto primordial, ou fato político fundante, o direito do homem e não seus deveres, de tal forma a identificar a função do Estado com a manutenção desses direitos. Assim, para o intérprete “devemos dizer que o fundador do liberalismo foi Hobbes” (Strauss, 1953, p. 181-2). O que abona essa visão é o fato de que o direito natural é tomado como um fato fundamental, contudo, a nosso ver, mesmo se aceitarmos o direito natural (de auto-preservação) como um fato fundamental, não podemos deixar de lado outro fato, qual seja, o de que o poder do Estado não é restrito nem limitado por nada, nem sequer por esse direito. Os súditos possuem sim o direito de resistência às ações do soberano quando julgarem que elas atentam contra suas vidas, mas em contrapartida esse direito não elimina o direito que o soberano possui sobre tudo e todos. O que motiva a construção do Estado é a esperança dos súditos de que o soberano protegerá suas vidas,

contudo, para isso é necessário que se atribua poder absoluto ao soberano, de tal modo que o Estado não possua qualquer dever em relação aos súditos.

Aqui repousa uma das razões que podem apontar para uma não adesão a interpretação que vê no pensamento hobbesiano uma antecipação da teoria do Estado liberal, isto é, a preocupação fundamental de Hobbes é com a defesa da soberania absoluta, e o ideal de Estado liberal está amparado basicamente na necessidade de garantir os direitos e as liberdades dos indivíduos o que é incompatível com a teoria da soberania ilimitada defendida por nosso autor. Ademais, em Hobbes não encontramos a formulação que dá conta de um Estado que tenha como finalidade garantir as liberdades individuais, mas sim garantir a impossibilidade de que a guerra possa insurgir entre os homens, e para que isso seja levado a cabo é necessário conferir ao Estado um poder absoluto. Dessa forma, podemos perceber que a preocupação central de Hobbes recai sobre a segurança e não sobre as liberdades de cada indivíduo, ou seja, “pedir para o Estado segurança é pedir mais leis, e toda lei civil é uma limitação da liberdade natural” (LEBRUN,1980, p.48). O objetivo central é a preocupação com a segurança, e para alcançá-la e preservá-la o soberano possui poderes ilimitados.

Outra interpretação extremamente divulgada é aquela que aproxima a teoria do Estado de Hobbes à doutrina jusnaturalista, ou seja, em linhas gerais isso significaria que a lei civil ou positiva teria uma correspondência necessária com a lei natural, de tal forma que a primeira receberia sua certificação de validade da segunda. Assim, o súdito teria o direito de resistir ao soberano que viola a lei natural, e os direitos individuais preexistentes ao Estado constituiriam os limites do poder civil. (Bobbio,1997, p.40-8). No entanto, nos parece que esse não é o caso da teoria de Hobbes, vejamos o porque.

A lei natural contém a lei civil e ainda uma e outra são de igual extensão, conforme nos mostra Hobbes no Leviatã, de tal forma que essas afirmações poderiam nos levar a conclusão de que a lei civil devesse corresponder a lei de natureza. Porém, não é isso que Hobbes diz, mas sim que a lei de natureza “é uma parte da lei civil” (LEVIATÃ, 2003, p.228), pois é o poder do Estado que julga acerca de questões como justiça, injustiça, em casos individuais, ou seja, a lei de natureza fará parte da lei civil na medida em que ela (lei de natureza) se torna obrigatória apenas e exclusivamente com a viabilização do Estado. Da mesma forma, a lei civil é parte da lei de natureza pelo fato de que o cumprimento dos

contratos, isto é, a justiça, é um ditado da lei de natureza. A lei de natureza seu conteúdo e sua validade será lei apenas quando for ordenada pelo soberano, ou seja, ela faz derivar sua força do poder do Estado. Esta claro que as injúrias de toda ordem tais como, roubo e assassinato são proibidas pela lei natural, contudo, apenas a lei civil é que poderá determinar o que é roubar, assassinar, etc, pois “o assassinato não é qualquer homicídio, mas apenas aquele que a lei civil proíbe” (DO CIDADÃO, 1998, p.112).

Ora, mesmo quando o soberano promulga uma lei em que os interesses dos súditos não estejam contemplados, ou melhor, mesmo quando a lei civil for de encontro a lei natural, ainda assim a obediência a lei e ao soberano deve prevalecer. O súdito deve obediência irrestrita ao soberano, pois se a lei que o rei promulga atenta contra a lei de natureza, é o soberano que provoca essa incorreção e não o súdito que a ela obedece:

“se eu travar uma guerra por ordem de meu príncipe, embora considere injusto travar tal guerra, não estarei agindo contra a justiça; serei injusto, isso sim, se me recusar a guerrear, arrogando-me o conhecimento do que é justo e injusto, que compete apenas a meu príncipe” (DO CIDADÃO, 1998, p. 183).

Deste modo, podemos observar que os súditos não têm qualquer poder no que se refere ao julgamento do que é justo ou injusto no âmbito da lei civil, pelo simples fato de que o próprio conceito de justiça pode ser definido como obediência a essa lei. Portanto, a filosofia hobbesiana não contempla *stritu sensu* o modelo jusnaturalista, pois que esse modelo prevê correspondência entre a lei natural e a lei civil. Se por um lado o direito de resistência é algo que Hobbes vê com bons olhos, mesmo sabendo que ele só poderá ser reivindicado quando a segurança dos súditos estiver em risco; por outro lado, não se segue nenhum dever do soberano em relação a esse direito. Mesmo que o súdito possua o direito e resistência, ainda assim o soberano não deixa de ter o poder e o direito de matá-lo caso isso ocorra.

Entendemos que é evidente a adesão hobbesiana a algumas teses centrais do jusnaturalismo, como por exemplo o direito a resistência ao soberano que transgride a lei natural tal como acabamos de ver, porém esse direito poderá ser exercido apenas em casos extremos como os de ameaça de morte ou qualquer outro dano ao corpo. Apenas nesses casos esse direito pode ser utilizado, nos demais casos jamais caberá ao súdito julgar se as ações do soberano contrariam ou não as leis naturais.

A idéia de que o poder do Estado poderá encontrar limites nos direitos individuais que cada homem possui por natureza é falsa. Isso se deve ao fato de que a soberania estatal é absoluta, por isso a dificuldade em encarar Hobbes como um jusnaturalista. O justo e o injusto, o bem e o mal, são valores que derivam da lei e do poder do Estado, de tal modo que aqueles que almejam tal poder é porque desejam o “trono do rei”.

Poderíamos aqui fazer outra objeção, qual seja, estaríamos pelo que foi dita acima, diante de um pensador que se alinha a tradição e ao modelo jurídico positivista: Como vimos, Hobbes afirma que:

- (1) Há uma dependência da lei civil em relação ao poder do Estado.
- (2) A lei do justo e do injusto corresponde ao cumprimento das leis civis.
- (3) Não há justiça ou injustiça antes da constituição do Estado.

Todas essas afirmações são consoantes e não destoam daquilo que defendem os positivistas jurídicos. Contudo, a distinção fundamental entre Hobbes e os positivistas é que, para os últimos não há outra fonte de direito senão o direito positivo ao passo que Hobbes por sua vez reconhece o direito natural e defende o direito de resistir desde que com vistas a preservação, ou seja, ainda que não seja semelhante ao jusnaturalismo, Hobbes admite a existência de um direito que vigore e seja anterior à instituição do Estado.

Portanto, a melhor maneira de classificar Hobbes dentre os teóricos do Estado não é alinhá-lo ao jusnaturalismo estrito, nem ao liberalismo, tampouco ao positivismo jurídico, mas sim ao lado daqueles que compactuam com a viabilização de um Estado que se ampare no poder absoluto, isto é, no exercício soberano do poder.

Ainda assim, nada garante que o objetivo para o qual o Estado foi criado seja atingido plenamente, porém existem mais razões para supor que é melhor e mais seguro viver sob esse poder do que em estado de guerra. A condição humana jamais deixará de encontrar obstáculos que se interponham no livre fluxo de seu movimento, pois “o estado do homem nunca pode deixar de ter uma ou outra incomodidade” (LEVIATÃ, 2003, p.157). Portanto, a despeito dos maiores problemas que um governo possa trazer, eles são desproporcionais se comparados as “misérias e horríveis calamidades que acompanham a guerra civil” (LEVIATÃ, 2003, p. 157).